



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 2 de setembro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram a unanimidade dos vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberon Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Elias Ferreira de Holanda Júnior e Renata Sousa Nascimento. Verificado quórum regimental, a vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa procedeu à leitura dos versículos de 1 a 4 do capítulo 37 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 10ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que, em virtude da insuficiência de quórum, adiou a apreciação desse documento. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam representantes dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias do Município: presidente do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias do Sul do Maranhão, senhor Denis Fernandes, presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, Luciene de Sousa, secretário de Finanças do Sintrasesma, José Alves de Araújo, superintendente de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Anderson Nascimento, secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral. Nesta ocasião, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior declarou aberta a Tribuna Popular, convocada para tratar da obrigatoriedade do ponto eletrônico aplicada às categorias dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias do Município de Imperatriz, conforme ofícios encaminhados pelos respectivos sindicatos. Em seguida, foi concedida a palavra ao presidente do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias do Sul do Maranhão, senhor Denis Fernandes. O orador ressaltou a relevância das categorias para o sistema de saúde e afirmou que a implantação do ponto eletrônico era inviável, uma vez que o trabalho dos agentes se realizava externamente, em visitas domiciliares e ações em campo. Explicou que as equipes eram distribuídas por toda a cidade, sob supervisão direta de coordenadores e supervisores que já registravam a frequência diária dos trabalhadores. Relatou que a tentativa de imposição do ponto eletrônico resultara em judicialização por parte do Ministério Público, o que agravara a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

situação. Defendeu que fosse aberta exceção para as categorias, destacando ainda a necessidade de realização de concurso público diante do número insuficiente de agentes e do envelhecimento do quadro. Por fim, frisou não haver oposição à gestão municipal, mas tão somente à adoção de uma medida que comprometeria a eficácia das atividades. Logo depois, fez uso da palavra a presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, Luciene de Sousa, que afirmou que o ponto eletrônico não refletia a realidade do trabalho da categoria, pois as atividades se desenvolviam em campo, com foco na prevenção e na promoção da saúde por meio de visitas domiciliares. Argumentou que o controle mais efetivo era realizado pelos enfermeiros e pela própria comunidade, que reconhecia a atuação dos profissionais em suas áreas de abrangência. Lembrou episódios em que agentes tiveram de interromper visitas para registrar o ponto, o que prejudicava o atendimento às famílias. Reivindicou o apoio da Câmara para que fosse revogada a obrigatoriedade, reafirmando a dedicação dos agentes comunitários ao elo entre a população e o Sistema Único de Saúde. Em continuidade, o secretário de Finanças do Sintrasesma, José Alves de Araújo, observou que não havia oposição ao controle eletrônico em si, mas que a natureza do trabalho dos ACS e ACE configurava exceção. Fundamentou sua fala na Lei Federal nº 11.350/2006, que atribuía aos agentes comunitários a função precípua de visitas domiciliares, tornando incompatível sua retirada das comunidades apenas para registro de ponto. Considerou desarrazoado que a Administração acolhesse de forma genérica a recomendação ministerial, defendendo alternativas como o uso de fichas ou tablets que permitissem o controle remoto, sem prejudicar a atuação nas residências. Na sequência, o superintendente de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Anderson Nascimento, destacou o valor dos agentes para a Estratégia Saúde da Família, afirmando que sua função era tão importante quanto a de médicos e enfermeiros. Explicou que, ao assumir a gestão, encontrara situações de irregularidade, como profissionais recebendo salários sem exercer efetivamente suas funções. Relatou que a recomendação do Ministério Público decorreu da fragilidade do sistema de controle e informou que a secretaria estava desenvolvendo mecanismo de registro remoto, com reconhecimento facial e georreferenciamento durante as visitas domiciliares. Reiterou que não poderia haver ausência de controle, mas que se buscava adaptar a estratégia à realidade das categorias. Por fim, o secretário municipal de Saúde, vereador licenciado Flamarion de Oliveira Amaral, reafirmou seu respeito pelas duas classes, reconhecendo a relevância de suas atividades e a sensibilidade das demandas apresentadas. Observou, contudo, que a resolução do impasse não dependia unicamente da gestão municipal, mas também do diálogo com o Ministério Público e o Judiciário. Informou a realização de audiência futura para tratar do tema, à qual seriam convidados representantes dos sindicatos e a Comissão de Saúde da Câmara. Ressaltou, ainda, que, embora fosse necessário manter mecanismos de controle, a secretaria envidaria esforços para encontrar solução que resguardasse a dignidade e as condições de trabalho dos agentes



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

comunitários de saúde e de combate às endemias. A seguir, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior franqueou a palavra aos vereadores e vereadoras. A vereadora Rosângela Curado iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradecendo a presença das categorias representadas. Destacou a relevância da atenção primária para a população de Imperatriz, lembrando que muitos profissionais envelheceram ao longo da carreira, mas continuavam dedicados ao serviço comunitário. Lamentou os indicadores do município, que colocavam Imperatriz em posição desfavorável na avaliação da atenção básica do Estado. Como cirurgião-dentista, relatou sua experiência e registrou preocupação com a desassistência, apontando falhas na oferta de equipes de saúde bucal. Ressaltou que a discussão ultrapassava a questão do ponto eletrônico, abrangendo desde a disponibilidade de kits e veículos até o compromisso de gestão com a melhoria dos serviços. Frisou que havia avanços na atual administração, mas defendeu que fosse mantido o diálogo entre sindicatos, Ministério Público, gestores e vereadores, com vistas ao consenso em favor da população. Em seguida, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz destacou a importância da Tribuna Popular como espaço de diálogo e parabenizou os representantes da gestão pela disposição em ouvir as categorias. Referiu-se à fala do secretário José Alves, que sugerira o uso de tablets e aplicativos para registro remoto de frequência, considerando a proposta compatível com a realidade do trabalho de campo dos agentes. Concordou com o superintendente Anderson Nascimento quanto à necessidade de manter um sistema de controle, mas defendeu que este fosse flexível e digno. Ressaltou que, assim como os vereadores registravam presença por meio eletrônico na Câmara, os agentes também poderiam utilizar sistema remoto, evitando deslocamentos desnecessários entre bairros. Recordou que a questão já estava judicializada e enfatizou a importância da audiência marcada para o dia 18, ocasião em que a Comissão de Saúde da Câmara deveria estar presente, ao lado da gestão e dos representantes sindicais, para defender solução adequada. Na sequência, o vereador Francisco Messias da Silva expressou satisfação pela união da categoria, considerando que a luta coletiva era condição essencial para conquistas trabalhistas. Relatou sua experiência como sindicalista e presidente de entidade regional da educação, afirmando compreender as dificuldades impostas pelo ponto eletrônico. Argumentou que o controle não poderia ser aplicado de modo a prejudicar financeiramente os trabalhadores, sobretudo diante da realidade de deslocamentos entre bairros. Defendeu a busca de alternativas por meio de diálogo e criticou a generalização de medidas punitivas a toda a categoria por falhas pontuais de alguns profissionais. Ressaltou sua confiança no prefeito Rildo Amaral e no secretário Flamarion Amaral, reconhecendo neles disposição para ajustar e melhorar a gestão da saúde. Parabenizou os agentes pelo compromisso com a comunidade e reafirmou sua disposição em apoiar as reivindicações da categoria. O vereador Fidelis Uchôa afirmou que esperava discutir outros temas relacionados aos servidores, mas ressaltou a importância de se buscar solução equilibrada para a questão do ponto eletrônico. Observou que a recomendação do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Ministério Público se dera por conta de poucos casos de irregularidades, não sendo justo que a maioria dos trabalhadores fosse penalizada. Defendeu que a Câmara estivesse representada na audiência judicial e destacou a necessidade de diálogo para que se alcançasse entendimento favorável à categoria. Na sequência, o vereador Alcemir Costa declarou que a discussão extrapolava a questão do ponto, alcançando a valorização de homens e mulheres que diariamente percorriam bairros e vielas, conhecendo cada família da cidade. Argumentou que não era razoável submeter tais trabalhadores a um controle de frequência incompatível com a natureza de suas atividades. Destacou que o município não havia imposto unilateralmente a obrigatoriedade, o que demonstrava sensibilidade para construir solução dialogada. Defendeu que a fiscalização ocorresse de forma pontual, responsabilizando apenas aqueles que descumprissem suas funções. Em seguida, o vereador Whalassy Barros cumprimentou a plenária e afirmou que não era justo que toda a categoria fosse prejudicada por falhas isoladas. Ressaltou o papel fundamental dos agentes de saúde na engrenagem do SUS e reconheceu as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para reorganizar a atenção básica. Reforçou que casos de servidores irregulares deveriam ser tratados de forma individual, sem comprometer a dedicação da maioria. Conclamou os próprios agentes a colaborarem com a gestão, denunciando colegas que não cumprissem suas obrigações, e colocou-se à disposição para acompanhar as tratativas junto à Comissão de Saúde. Logo depois, a vereadora Jorgiana Pinheiro manifestou apoio às categorias, reconhecendo o valor do trabalho desenvolvido pelos agentes de saúde e de endemias, que classificou como verdadeiros “para-choques da saúde”. Destacou a importância da presença maciça dos trabalhadores na sessão como sinal de compromisso e defendeu que a gestão municipal buscasse a melhor forma de resolver a situação. Colocou-se à disposição da categoria para continuar defendendo seus interesses. Na sequência, a vereadora Raimara Carvalho Lima Cruz sugeriu que os representantes da categoria fossem convocados a participar da audiência judicial do dia 18, de modo a contribuir diretamente com os esclarecimentos necessários. O presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior acolheu o encaminhamento e anunciou a inscrição da vereadora Terezinha Soares [Terezinha de Oliveira Santos] para fazer uso da palavra. A vereadora Terezinha de Oliveira Santos afirmou que a Câmara sempre esteve ao lado da saúde e enalteceu a dedicação dos agentes, que percorriam bairros e enfrentavam dificuldades sem deixar de atender a população. Relatou episódio presenciado por ela, em que uma agente idosa, apesar do cansaço e de situações adversas, manteve-se atenta e disponível ao serviço. Assegurou seu apoio integral à categoria e reafirmou confiança no prefeito Rildo Amaral e no secretário Flamarion Amaral. Em seguida, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho destacou que a Câmara sempre fora o espaço de busca por direitos e reconheceu o empenho dos agentes na atenção básica. Comparou a situação do ponto eletrônico à dificuldade de deslocamento simultâneo entre bairros, defendendo que fosse encontrada alternativa viável, como o uso de aplicativo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

móvel para registro remoto. Ressaltou que todos os servidores públicos têm o dever de prestar contas, mas enfatizou a importância de que o controle fosse adequado à realidade do trabalho em campo. Defendeu que a Comissão de Saúde participasse das negociações com o Ministério Público e assegurou que a Câmara permaneceria acompanhando a questão. Logo após, o vereador Alcemir Costa acrescentou que, em período anterior, havia providenciado a entrega de 500 tablets e 1.500 fardamentos aos agentes comunitários de saúde e de endemias, fruto de emenda parlamentar, registrando sua satisfação em ter contribuído com a categoria. Por fim, o vereador Aurélio Gomes da Silva parabenizou a presença dos trabalhadores e elogiou a postura do secretário de saúde por comparecer pessoalmente ao debate. Reconheceu que a saúde municipal apresentava avanços, embora ainda houvesse muitos desafios herdados de gestões anteriores. Reiterou que a Câmara cumpriria seu papel de cobrar melhorias, mas frisou que era necessário dar continuidade ao diálogo com o Ministério Público e o Judiciário, de modo a alcançar solução justa para os agentes comunitários de saúde e de endemias. Encaminhando para as considerações finais, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho registrou questão de ordem para reconhecer a contribuição prestada pelo vereador Alcemir da Conceição Costa, quando do exercício do cargo de secretário municipal de Saúde, destacando o valor de sua atuação em favor dos agentes de saúde. Em seguida, o secretário municipal de Saúde, Flamarion Amaral, utilizou da palavra para enfatizar que o momento exigia união entre sindicatos, Câmara Municipal, Executivo e demais órgãos, de modo a sensibilizar o Ministério Público e o Judiciário. Ressaltou que a gestão vinha promovendo melhorias na rede de saúde, como a ampliação de leitos de UTI, a adequação de blocos cirúrgicos e a expansão da frota de ambulâncias, assegurando que as categorias dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias eram tratadas com respeito e atenção especial. Na sequência, o presidente do Sindicato dos Agentes de Combate às Endemias do Sul do Maranhão, Denis Fernandes, agradeceu o espaço concedido pela Câmara e reconheceu a importância do diálogo para o avanço das pautas trabalhistas. Destacou que a categoria não se opunha ao uso de tecnologias, mas defendia que os trabalhadores fossem devidamente qualificados para se adaptar às novas ferramentas. Reafirmou que o sindicato estava à disposição da Comissão de Saúde da Câmara e manifestou confiança de que, após a audiência judicial, seria encontrada uma solução que contemplasse os interesses da categoria e da população. Também fez uso da palavra o secretário de Finanças do Sintrasesma, José Alves de Araújo, que reiterou a necessidade de adoção de alternativas viáveis até a implementação de sistemas tecnológicos definitivos, como o uso de fichas de acompanhamento. Discordou da afirmação de que havia respeito pleno à categoria, argumentando que a falta de diálogo prévio resultara na judicialização do tema. Defendeu que os agentes comunitários de saúde e de endemias fossem tratados de forma diferenciada, em razão da natureza específica de suas atribuições. Ao final, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior agradeceu a participação



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

de todos os representantes sindicais, dos vereadores e do público presente, ressaltando que a Câmara Municipal de Imperatriz permaneceria aberta ao diálogo. Registrou que, no dia 18, seria realizada audiência judicial sobre a matéria, ocasião em que se buscaria alcançar entendimento comum entre gestão e categorias. Encerrou destacando a relevância da presença maciça dos agentes comunitários de saúde e de endemias, assegurando que seriam sempre bem-vindos à Casa Legislativa. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, quando este informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação do Projeto de Lei Complementar nº 8/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar nº 003, de 14 de julho de 2004, que ‘Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências’”. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento da mencionada matéria à referida Comissão Permanente. Na ocasião, o presidente observou o adiantado da hora e informou que seriam apreciadas as Indicações, restando ainda a Ordem do Dia, e convidou os vereadores que se encontravam em seus gabinetes a comparecerem ao plenário, momento em que propôs a votação, em bloco, das indicações. A vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, em questão de ordem, também propôs a votação em bloco, com o que anuiu o presidente. Em seguida, o segundo-secretário, vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, procedeu à leitura das indicações. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de treze Indicações: nº 190/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, com urgência, da reforma da Escola Municipal Senhor Jesus, na Vila Conceição II; nº 633/2025, de autoria do vereador Mesaac Cirqueira Santiago, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com drenagem profunda, meios-fios e sarjetas, das Ruas 5 (da Silvino Santis à Bandeirantes), 6 (da Rui Barbosa à Bandeirantes), 7 (da Frei Caneca à Bandeirantes) e 8 (da Bandeirantes à Rua Projetada III), no Bairro Imigrantes; nº 645/2025, de autoria do vereador Rubinho [Rubem Lopes Lima], ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da revitalização da praça pública de convivência, com construção de concha acústica, no Conjunto Vitória. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 74, em 16.04.2025, do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, com o pedido de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

revitalização da praça); nº 681/2025, de autoria do vereador Jhony Pan [Jhony dos Santos Silva], ao deputado federal, Josivaldo dos Santos Melo (JP), ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com meios-fios e sarjetas, da Rua Antônio Maia, entre as Ruas Bom Jesus e Itacoatiara, na Vila João Castelo; nº 729/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado de Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a execução de obra de recuperação asfáltica, com implantação de sistema de drenagem e esgotamento sanitário, na Av. das Constelações, no Parque Sanharol; nº 770/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, e ao superintendente de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da revitalização da Praça Francisco Alves de Freitas, localizada na Rua Godofredo Viana, que delimita com a Rua Barão do Rio Branco, no Centro, de modo a torná-la símbolo de espaço público para inclusão, com as devidas adaptações de acessibilidade, placas informativas verticais e horizontas, bem como vaga de estacionamento para pessoas com deficiência e vagas para estacionamento. (Ressalve-se que fora aprovada a Indicação nº 560, do vereador Aurélio Gomes da Silva, em 24.06.2025, da reforma da praça); nº 774/2025, de autoria da vereadora Terezinha Soares [Terezinha de Oliveira Santos], ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da recuperação e pavimentação asfáltica do trecho da Rua 13 de Maio compreendido entre as Ruas Pernambuco e Simplício Moreira, no Centro; nº 780/2025, de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado da Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, e à secretária municipal de Desenvolvimento Social, Maria Caroline Duailibe Barros Gomes, da firmação de parceria para a implantação de piscina na Casa do Idoso, na Vila Nova; nº 787/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e a secretária municipal de Desenvolvimento Social, Maria Caroline Duailibe Barros Gomes, da construção de academia da mulher no Bairro Bacuri; nº 790/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Boca da Mata (Jorgiana Pinheiro Sousa), ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da execução de serviços de recuperação asfáltica no trecho da Rua Petrônio Portela com a Av. José de Alencar, no Bairro Bom Sucesso; nº 819/2025, de autoria do vereador Rodrigo Brasmar [Rodrigo Silva de Medeiros Passos], ao ministro do Esporte, André Luiz Carvalho Ribeiro (André Fufuca), ao governador Carlos



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Orleans Brandão Júnior, ao secretário de Estado do Esporte e Lazer, Celso Adriano Costa Dias, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Getúlio Ferreira Melo Junior, da firmação de parceria para a construção de pista de atletismo oficial em Imperatriz - MA; nº 825/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da criação do Programa Escola Verde, voltado ao plantio de árvores nas escolas da rede municipal de ensino, como ação educativa, socioambiental e climática, em alinhamento com os compromissos da COP30; nº 834/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Desenvolvimento Social, Maria Caroline Duailibe Barros Gomes, da instalação de restaurante popular no Parque Alvorada, para atender às regiões dos Grandes Parques Alvoradas I e II e Vilinha. Concluída a leitura das Indicações, o presidente abriu a fase de discussão das indicações. O vereador Alcemir da Conceição Costa solicitou, em questão de ordem, a inversão da pauta, em razão da presença de lojistas do Shopping da Cidade, que haviam se deslocado de suas atividades para acompanhar a sessão, manifestando interesse direto em projeto de lei constante da Ordem do Dia. O vereador Francisco Messias apoiou a solicitação, pedindo que fosse submetida a votação. O presidente, amparado no artigo 52 do Regimento Interno, colocou a matéria em apreciação, sendo aprovada a inversão da pauta. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de Lei Ordinária nº 58/2025, de sua autoria, que “Cria o Selo ‘Empresa Amiga da População em Situação de Rua’ no município de Imperatriz - MA, e dá outras providências”, e nº 60/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que “Cria o Calendário Econômico-Sociocultural do Shopping da Cidade - Praça Tiradentes e Estabelece o Dia do Aniversário do Shopping da Cidade”. Em seguida, o presidente autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, incluindo os pareceres favoráveis das Comissões Permanentes pertinentes: Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, que “Cria o Selo ‘Empresa Amiga da População em Situação de Rua’ no município de Imperatriz - MA, e dá outras providências”; Projeto de Lei Ordinária nº 60/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que “Cria o Calendário Econômico-Sociocultural do *Shopping* da Cidade - Praça Tiradentes e Estabelece o Dia do Aniversário do Shopping da Cidade”. Em respeito aos trabalhadores do Shopping da Cidade, foi anunciada a apreciação, em primeiro lugar, do Projeto de Lei Ordinária nº 60/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que “Cria o Calendário Econômico-Sociocultural do Shopping da Cidade - Praça Tiradentes e Estabelece o Dia do Aniversário do Shopping da Cidade”. Na sequência, foi concedida a palavra ao autor da proposição, Alcemir da Conceição Costa, que defendeu a matéria destacando tratar-se de iniciativa de valorização do comércio popular, da cultura e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da economia local. O parlamentar ressaltou que o Shopping da Cidade, antiga Praça Tiradentes, era espaço histórico de resistência e sustento de centenas de famílias, sendo imprescindível a criação de um calendário anual com atividades culturais, educativas e de saúde para fortalecer o comércio e preservar a identidade do local. Durante a discussão, o vereador Whalassy de Oliveira Barros parabenizou a iniciativa e salientou a necessidade de fiscalizar a ocupação justa dos espaços do shopping, propondo diálogo com a Secretaria de Planejamento Urbano. O vereador Francisco Messias da Silva recordou sua trajetória como camelô no espaço e declarou apoio ao projeto, reafirmando sua defesa dos trabalhadores e pequenos empreendedores. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa também manifestou apoio, ressaltando sua experiência no comércio popular e reconhecendo a importância da medida para incentivar consumidores e melhorar as condições dos lojistas. Na continuidade, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho elogiou a sensibilidade da proposição, comparando-a a eventos culturais em feiras da cidade que estimulavam o comércio local. O vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos enfatizou que a matéria renovava a esperança dos empreendedores do Shopping da Cidade e demonstrava compromisso do Parlamento com a geração de emprego e renda. O presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior também se manifestou, registrando solidariedade aos comerciantes e defendendo que o poder público deveria adotar medidas adicionais, como a instalação de serviços públicos no local, para aumentar o fluxo de pessoas. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago parabenizou o autor da proposição e incentivou os empreendedores a perseverarem diante das dificuldades do comércio, assegurando o apoio da Câmara Municipal. Como não houvesse mais manifestações, o presidente submeteu o Projeto de Lei Ordinária nº 60/2025 à única votação, sendo este aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes. Na continuidade da Ordem do Dia, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs à única discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025, de sua autoria, que “Cria o Selo ‘Empresa Amiga da População em Situação de Rua’ no município de Imperatriz - MA, e dá outras providências”. Ressaltou que a proposição fora incentivada pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual, por iniciativa do juiz federal Georgiano e da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, em consonância com a política nacional do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, relatora da matéria, afirmou ter sido uma honra relatar o projeto, sublinhando sua relevância social e sanitária. Avaliou que a proposição contribuiria para retirar pessoas em situação de rua da vulnerabilidade, proporcionando-lhes inclusão, saúde mental e dignidade por meio da oportunidade de trabalho. Acrescentou que o incentivo às empresas representava chance de requalificação e ressocialização desses cidadãos, razão pela qual apresentou parecer favorável. Na discussão, o vereador Francisco Messias da Silva parabenizou o presidente pela iniciativa, que classificou como sensível e voltada às pessoas em maior vulnerabilidade social, declarando antecipadamente seu voto favorável. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

também registrou apoio, frisando a importância de acolher os excluídos e de promover união de esforços entre Judiciário, Executivo, Legislativo e instituições religiosas para resgatar a dignidade dos que se encontravam nas ruas. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago reforçou a pertinência da proposta, destacando o dever de olhar com empatia para os mais necessitados, enquanto a vereadora Rosângela Curado ressaltou que a moradia e a inclusão social eram instrumentos fundamentais de recuperação da dignidade e da saúde mental, enaltecendo o caráter humanitário da iniciativa. O presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior agradeceu as manifestações de apoio, frisando que o objetivo do projeto era valorizar empresas que oferecessem oportunidades de trabalho às pessoas em situação de rua, assegurando-lhes condições de sustento, moradia, alimentação, recomposição dos vínculos familiares e reconhecimento social. Como não houvesse mais manifestações, o presidente submeteu o Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025 à única votação, sendo este aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes. Exaurida a Ordem do Dia e considerando o adiantado da hora, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, propôs que seriam apreciadas, em bloco, as indicações, proposta que, com fundamento no artigo 52 do Regimento Interno, submeteu-as a votação, quando foram aprovadas em bloco. Em seguida, foi franqueada a palavra aos vereadores autores das matérias para a defesa de suas indicações. O vereador Francisco Messias da Silva defendeu a reforma da Escola Senhor Jesus, localizada no povoado Vila Conceição II, ressaltando as precárias condições da unidade de ensino e a necessidade urgente de intervenção da Secretaria Municipal de Educação. Destacou o compromisso da gestão municipal com a melhoria das escolas da zona rural e lembrou a iminente inauguração da primeira escola de tempo integral em São Félix. Na sequência, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa subscreveu todas as indicações apresentadas e defendeu a Indicação nº 825/2025, que propunha a criação do programa “Escola Verde”, destinado ao plantio de árvores nas escolas da rede municipal. Argumentou que a iniciativa, de caráter socioambiental, formaria cidadãos conscientes e alinharia o município aos compromissos da COP 30. A vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa apresentou indicação para execução de serviços de recuperação asfáltica no trecho que interliga a Rua Petrônio Portela à Rua José de Alencar, no bairro Bom Sucesso, destacando que a via encontrava-se intrafegável e que os moradores ameaçavam interditá-la diante da situação. O vereador Rubem Lopes Lima defendeu indicação para a construção de uma praça de convivência no Conjunto Vitória, ressaltando tratar-se da primeira praça do bairro. Justificou que o espaço atenderia não apenas ao lazer da comunidade, mas também a atividades culturais e religiosas, representando importante benefício para os moradores do Grande Vitória. O vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho apresentou indicação dirigida ao governador do Estado e ao prefeito municipal, propondo a instalação de um restaurante popular na região da Grande Vila e Parque Alvorada I e II. Defendeu que a medida contribuiria para a segurança alimentar e geraria economia às famílias locais. A vereadora Raymara Carvalho Lima



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Cruz subscreveu as indicações dos colegas e destacou especialmente as matérias relativas à construção da praça no Conjunto Vitória e ao programa Escola Verde. Defendeu, ainda, a implantação de uma academia da mulher no Grande Bairro Bacuri, ressaltando tratar-se de demanda apresentada pela comunidade em reuniões com grupos de mulheres. O vereador Alcemir da Conceição Costa subscreveu as indicações anteriores e destacou a importância de políticas públicas voltadas às mulheres e à educação ambiental. Em defesa de sua indicação, solicitou a pavimentação e o esgotamento sanitário da Avenida das Constelações, relatando que já havia denunciado situação grave de esgoto a céu aberto naquela localidade. Registrou que, após sua intervenção, a prefeitura solucionara o problema, embora restasse a necessidade de obras definitivas de pavimentação e drenagem. Na continuidade, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior passou a presidência ao segundo-vice-presidente, vereador Rubem Lopes Lima, para defender sua própria indicação, que tratava da revitalização da Praça Francisco Alves de Freitas, situada ao lado da Prefeitura Municipal. Explicou que a proposta visava transformar o espaço em praça inclusiva, dotada de brinquedos adaptados e estruturas de segurança, de modo a garantir lazer acessível a crianças com deficiência. O vereador Aurélio Gomes da Silva defendeu indicação para construção de piscina na Casa do Idoso, na Grande Vila Nova, destacando que o equipamento permitiria atividades de fisioterapia e lazer, melhorando a qualidade de vida dos idosos atendidos pelo espaço. Em seguida, o vereador Mesaac Cirqueira Santiago apresentou a Indicação nº 633/2025, solicitando a pavimentação asfáltica, com drenagem superficial e profunda, de diversas vias do bairro Bandeirantes. Ressaltou que as ruas encontravam-se em situação de calamidade e apelou para que a gestão municipal priorizasse a execução da obra. Encerrada a apresentação, discussão e votação das indicações, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença do senhor Jeová Rodrigues, diretor do Cartódromo de Imperatriz e pai do atleta Miguel, piloto de kart. Informou que o jovem conquistara classificação em circuito realizado em Imperatriz para disputar o Campeonato Mundial de Kart, a ser realizado em Cremona, na Itália, representando Imperatriz, o Maranhão e o Brasil. Ressaltou que, embora a inscrição e a equipe já estivessem asseguradas por patrocinadores e pela federação, permaneciam elevados os custos com deslocamento, hospedagem e alimentação, e conclamou os colegas vereadores a contribuírem, por meio de indicações à classe empresarial, para viabilizar a participação do atleta no torneio internacional. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor Jeová Rodrigues, que relatou a trajetória de seu filho Miguel, piloto desde os oito anos de idade. Explicou que poucos brasileiros haviam disputado o Mundial de Kart, entre eles Ayrton Senna, e destacou que, além da competição, o atleta participaria de teste para a Fórmula 4, primeiro passo para seguir carreira internacional. Assinalou que a Europa era o espaço de crescimento profissional dos pilotos e reiterou a necessidade de apoio financeiro para a realização do sonho do filho, representando Imperatriz em cenário mundial. Ao retomar a palavra, o presidente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

agradeceu a presença de Jeová Rodrigues e do atleta Miguel, parabenizando-os pelo feito alcançado e reconhecendo que o sonho da família era também o sonho de Imperatriz. Solicitou que o tema fosse divulgado entre os vereadores e possíveis apoiadores, convidando Miguel a se apresentar ao plenário. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 2 de setembro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário